

CLIMA – “Acordo Verde”

No início de dezembro de 2019, a Presidente da Comissão Europeia divulgou seu projeto “Acordo Verde”, que deve levar a União Europeia a uma transição ecológica. Em 4 de março, a Comissão Europeia publicou sua proposta de lei climática intitulada “O Pacto Verde para a Europa”.

Esta proposta estabelece vários objetivos para alcançar uma transição ecológica. Um dos principais objetivos é alcançar a neutralidade de carbono até 2050, ou seja, a ausência de emissões de gases de efeito estufa. A outra é fazer uso extensivo de energia renovável. Para alcançar esse objetivo, a Europa pretende revisar seus objetivos climáticos para 2030. Também pretende se comprometer a deixar de pagar subsídios ao setor de combustíveis fósseis.

Além disso, o objetivo declarado é alcançar uma transição ecológica justa. Isso consiste em adotar uma política climática ambiciosa e, ao mesmo tempo, proteger os trabalhadores dos impactos associados a medidas que podem terminar ou afetar severamente determinados setores de atividade. Trata-se, portanto, de proteger todos aqueles que correm o risco de perder o emprego ou ter que treinar profissionalmente devido a essa transição ecológica.

Embora esses objetivos sejam louváveis e necessários, o plano da Comissão tem, segundo analistas, várias limitações. Antes de tudo, nenhuma consideração dada ao consumismo de nossas sociedades e à necessidade de retornar a um consumo mais racional. Outra crítica levantada é o desejo permanente de crescimento dos Estados e o mantém como consequência de indicadores como produto interno bruto em detrimento de outros indicadores como o da pegada de carbono.



AGUA – Relatório da Água da ONU

No mês passado, a ONU-Água informou sobre a água e sua acessibilidade diante das mudanças climáticas.

Os cientistas acreditam que, nos próximos anos, os principais distúrbios relacionados à água afetarão sua quantidade e qualidade.

Nos próximos anos, o estresse hídrico, que corresponde a uma demanda por água que excede os recursos disponíveis, será cada vez mais sentido. Já afeta 2 bilhões de pessoas em todo o mundo. É provável que esse número aumente, já que o relatório estima que até 2050 metade da população sentirá os efeitos da escassez de água.

O segundo ponto sensível diz respeito à qualidade da água que se deteriorou nos últimos anos e que continuará se deteriorando acentuadamente. De fato, as águas e os lençóis freáticos são poluídos por vários produtos químicos, toxinas e nitratos, tornando a água imprópria para consumo.

A degradação e esgotamento de nossas reservas de água e água potável estão ligadas às mudanças climáticas, que contribuem para o aumento dos níveis de água, inundações mais frequentes ou períodos ainda maiores de seca. Mas isso também está ligado ao nosso estilo de vida, que leva a um aumento muito forte no consumo de água (por exemplo, o setor agrícola é responsável por 70% da retirada de água) e, em seguida, a descarga de águas residuais no ambiente frequentemente não tratado.

BIODIVERSIDADE - Animais selvagens vagam pela cidade

Desde o início da contenção ligada à crise de saúde do coronavírus, animais selvagens foram vistos vagando pelas cidades. Para vermos patos na Place Colette em Paris, perto da comédia francesa, um lobo nas encostas da estação de esqui de Courchevel, javalis nas ruas de Barcelona ou coiotes nas ruas de São Francisco nos Estados Unidos. À vista dessas imagens, poder-se-ia pensar que esse confinamento terá repercussões favoráveis na fauna e em geral na biodiversidade. No entanto, os cientistas não são tão otimistas. Muitos apontam que os animais vistos nas grandes cidades durante o confinamento geralmente vivem à margem de suas mesmas cidades e só aproveitaram a ausência de presença humana para se aventurar lá.



os patos já viviam na capital francesa. A ausência de poluição sonora ajuda a apontar a presença desses animais nas ruas desertas, bem como o canto dos pássaros. Os cientistas acreditam que, para que o confinamento seja realmente benéfico para a flora e a fauna, ainda deve durar muitos meses. mas, acima de tudo, a superexploração agrícola também deve ser interrompida para que o despejo de pesticidas e outras substâncias tóxicas na água e o solo para.

JUSTICA - A lei conhecida como “acelerando e simplificando a ação pública” em questão

Em 5 de março de 2020, esta lei foi adotada em primeira leitura no Senado. muitas vezes levantaram o perigo representado por algumas das medidas contidas neste texto. , especialmente em vista do recente acidente na fábrica de Lubrizol.

De fato, esta lei prevê, em particular, aliviar e simplificar os regulamentos relativos ao estabelecimento e extensão de projetos industriais. As vozes são elevadas e algumas não hesitam em falar de uma verdadeira destruição da lei ambiental.

Por sua parte, os defensores desta lei acreditam que as medidas, ao simplificar a legislação da qual essas indústrias dependem, fortalecerão a eficácia dos procedimentos de controle.

Em detalhes, advogados especializados em direito ambiental temem a aparência de um direito adquirido de operar instalações regulamentadas, porque estas serão consideradas como já existentes durante o exame do arquivo. Portanto, será potencialmente mais difícil encerrar o estabelecimento de novas instalações se o arquivo for posteriormente rejeitado por não atender às condições exigidas.

O artigo 26 da lei também foi objeto de numerosos protestos. Permitirá, com a autorização do prefeito, iniciar as obras de uma instalação sujeita a autorização antes de obtê-la. Basta que o operador tenha obtido a licença de construção e realizado o inquérito público imposto a instalações classificadas para a proteção do meio ambiente. (ICPE) Esses dois critérios, acompanhados da aprovação da prefeitura, serão suficientes para iniciar o trabalho, antes da decisão final de autorizar a exploração.

É fácil entender o risco de tal procedimento. Com efeito, será muito mais difícil para as autoridades competentes rejeitar o pedido de operação, à luz das autorizações já obtidas, e de um local que esteja quase completo quando a decisão for tomada.

Em vista dessas medidas, que cristalizam a maior parte das críticas, entendemos o risco de tornar a aprovação de um projeto do ICPE uma formalidade simples, esvaziada de sua substância e de seu interesse, de deixar a decisão real nas mãos dos prefeito e município que emite a licença de



TJUE, 27 de fevereiro de 2020, Comissão contra a Grécia, C-298/19

O Tribunal de Justiça da União Europeia ordenou que a Grécia pague a quantia de 3,5 milhões de euros. O Tribunal constatou em um acórdão de 25 de abril de 2015 (C-194/14) uma violação da diretiva relativa à proteção das águas contra a poluição por nitratos. De fato, o Estado grego não havia designado como áreas vulneráveis várias áreas onde as águas estavam muito poluídas. O Tribunal, a Grécia ainda não havia adotado as medidas necessárias para a execução desta sentença e o cumprimento da regulamentação europeia. Por conseguinte, o Estado-Membro foi condenado a pagar uma quantia fixa, concentrada em nitratos. No final do período concedido pelo

Conselho de Estado, 11 de março de 2020, req. n.º 426366

Baseando-se nos artigos L. 213-8-1, L. 213-9-1, L. 213-9-2, R. 213-32 e R. 213-39 do Código do Ambiente, o Conselho consideraram que os conselhos de administração das agências de água tinham poder regulatório para determinar "as áreas e condições de sua ação e definir as condições gerais para a alocação de assistência financeira" que eles podem fornecer a pessoas públicas e privadas sob a forma de doações, bônus de desempenho ou adiantamentos reembolsáveis. No entanto, no presente caso, o conselho de administração da agência de abastecimento de água Loire-Bretagne (AELB), apesar de ter adotado a "folha de ação" modificada em disputa, não havia debatido nem aprovado as especificações, encargos, embora esses dois elementos constituam um conjunto inseparável de disposições regulamentares. Consequentemente, o acórdão de recurso, viciado por desnaturação, é anulado pelo High Court.

Tribunal de Cassação condena renúncia a medidas provisórias

O Tribunal de Cassação censura a recusa de um procedimento sumário para pôr fim a uma desordem relacionada à perigosidade de um material usado para fabricar planos de trabalho.

Uma empresa criticou a outra por relatar os perigos causados pelo uso de bancadas de cozinha feitas de quartzo sintético pelos consumidores. Considerou que esses perigos não eram suficientemente demonstrados e que essas publicações da empresa demandada constituíam um ato de denigração. O Tribunal de Apelação de Versalhes rejeitou o pedido de medidas provisórias para pôr fim a este distúrbio. Considera que as publicações em questão são abrangidas pelo direito de informar sobre um assunto de interesse geral e com base em fatos factuais suficientes.

Para apoiar essas constatações, o Tribunal de Recurso observou que as informações sobre a periculosidade do produto foram repassadas pelos 60 milhões de consumidores da revista e também invoca um relatório da IRES sobre esse assunto.

O Tribunal de Cassação examina essas fundações e as considera insuficientemente claras e factuais para permitir que a publicação da empresa demandada insira a exceção no resumo do artigo 873 (informações de interesse geral).



EMPRESA - China decide proibir comércio e consumo de animais selvagens

O vínculo entre certas epidemias e o consumo de animais já havia sido apontado no caso da AIDS, Ebola e SARS. A China também decidiu proibir temporariamente a venda e o consumo de animais silvestres, após a ligação desta síndrome respiratória nascida de um coronavírus e esse consumo ter sido estabelecido após a epidemia de 2003. estudando o vírus responsável pela SARS, sua origem era traçada em morcegos, que o teriam transmitido a gatos ou civetas, depois a humanos. Os morcegos agora demonstraram ser hospedeiros ideais para muitos tipos de coronavírus.

Agora sabemos também que os mercados abertos para animais selvagens e suas inadequadas condições de higiene permitem que esses vírus atravessem mais facilmente a barreira das espécies.

Mais uma vez, já em janeiro de 2020, a China havia decretado uma proibição temporária do comércio de animais selvagens destinados ao consumo. Em 24 de fevereiro de 2020, o parlamento tornou essa proibição permanente.

A pergunta que pode ser feita agora é a da eficácia potencial dessa proibição. Todo jurista sabe que a proibição de uma prática não a impede da noite para o dia, especialmente quando faz parte de uma forte tradição cultural. O principal risco de tais medidas seria, contrabandeando esse comércio, impedir qualquer controle. Além disso, esse é o argumento invocado regularmente pelos defensores da descriminalização de determinados produtos, o que possibilita garantir um certo controle pelas autoridades sobre a circulação desses produtos, muitas vezes proibido por causa do perigo que apresentam.

Seria sensato realizar uma análise prospectiva dos efeitos dessa proibição. Podemos assumir que isso será respeitado até que a atual pandemia do

o animal responsável pela passagem deste vírus para o homem foi identificado, podemos esperar que o contrabando de outras espécies seja retomado, como já existe para espécies protegidas, incluindo há muito que as vendas e as exportações são proibidas em muitos países.



AMBIENTE - Rede 5G: mais uma notícia ruim para o meio ambiente

Enquanto a implantação da rede móvel de quinta geração já começou em vários países (China, Coreia do Sul, Japão, Estados Unidos etc.), a França planeja abrir os primeiros serviços 5G em cinco a dez cidades até o final do ano. No entanto, o 5G está longe de ser unânime.

Em março de 2020, as associações Agir pelo Meio Ambiente e PRIATERM interpuseram quatro recursos no Conselho de Estado contra o procedimento de alocação de frequências 5G, considerando que essa tecnologia representa riscos à saúde e ao meio ambiente. Embora os efeitos do 5G sobre a saúde ainda sejam controversos, seus efeitos no ambiente não são apenas comprovados, mas também consideráveis.

Por um lado, a implantação do 5G exigirá a instalação de milhares de novas antenas de relé cujo custo ambiental é óbvio. O que pode parecer menos óbvio é o impacto negativo do 5G nas previsões meteorológicas. De fato, as frequências usadas pela tecnologia móvel 5G podem enganar os satélites de observação da Terra e distorcer os estudos sobre o aquecimento global.

Por outro lado, a implantação do 5G levará a uma renovação prematura dos smartphones. Milhões de dispositivos 4G serão descartados para o benefício de novos dispositivos compatíveis com 5G. No entanto, 80% do gasto de energia de um smartphone ocorre no momento de sua fabricação. Além disso, a produção desses dispositivos contribui significativamente para o esgotamento de recursos não renováveis, a poluição da água e a destruição do solo.

Por fim, o 5G terá um efeito rebote nos usuários que consumirão mais dados e se voltam para aplicativos com maior uso de largura de banda, como streaming de vídeo ou realidade aumentada. O custo ambiental do 5G não é muito alto comparado às inovações que ele traz?



AMBIENTE - ONGs soam alarme sobre resgate financeiro de companhias aéreas

Após o fechamento das fronteiras vinculadas à pandemia do COVID-19, as companhias aéreas viram sua atividade cair de 70% para 90% nas últimas duas semanas e, portanto, continuaram a aumentar os pedidos de apoio financeiro de dos Estados Unidos.

Em resposta ao SOS das companhias aéreas, o governo francês acaba de anunciar várias medidas de resgate sob as quais vale a pena mencionar o adiamento para 2021 e 2022 do pagamento de vários impostos e taxas específicos para o setor. O governo também planeja fazer com que a Air France-KLM se beneficie de empréstimos garantidos pelos Estados até 6 bilhões de euros e não exclui a possibilidade de nacionalizar a companhia aérea, na qual o Estado é acionista até 14%. Nos Estados Unidos, um plano de US \$ 50 bilhões para companhias aéreas foi anunciado no final de março. A Comissão Europeia não deve ser superada, pois também planeja oferecer compensação financeira às empresas europeias.

Em resposta a esses planos de resgate, um grande número de organizações não-governamentais (ONGs) se mobilizou. Em uma carta aberta aos governos publicada na segunda-feira, 6 de abril de 2020, mais de 250 organizações não-governamentais (ONGs) exigiram que o resgate das companhias aéreas fosse acompanhado por "condições ambientais e sociais". As ONGs exigem, por um lado, que os governos ponham fim às isenções tributárias concedidas às empresas, introduzindo um imposto sobre o querosene e, por outro lado, que o apoio financeiro dos Estados beneficie prioritariamente os funcionários do setor e não os acionistas. Para apoiar seus pedidos, as ONGs apontam que o transporte aéreo é responsável por cerca de 5% das emissões globais de gases de efeito estufa. De maneira mais geral, o coletivo está em campanha para um profundo questionamento sobre o lugar que o transporte aéreo ocupa em nossas sociedades.